

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS (FACE)
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Ana Flávia Faria Rosa

A RELAÇÃO ENTRE O FINANCIAMENTO PRIVADO NAS CAMPANHAS
ELEITORAIS COM OS GASTOS POR FUNÇÕES DO GOVERNO DO MUNICÍPIO DE
GOIÂNIA NO PERÍODO ELEITORAL 2004, 2008 E 2012.

Goiânia (GO)

2013



Universidade Federal de Goiás
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca Central
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia
Campus Samambaia – Caixa Postal 411 74001-970 Goiânia-GO
Fone (62) 3521-1183. Fax (62) 3521-1396

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS MONOGRAFIAS
ELETRÔNICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE MONOGRAFIAS DA UFG – RIUFG**

1. Identificação do material bibliográfico monografia:

Graduação Especialização

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso

Autor (a):	Ana Flávia Faria Rosa
E-mail:	anaflavia_fariarosa@hotmail.com
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Título:	A relação entre o financiamento privado nas campanhas eleitorais com os gastos por funções do governo do município de Goiânia no período eleitoral 2004, 2008 e 2012.
Palavras-chave:	accountability; ciclos políticos; gastos públicos; receitas de campanha.
Título em outra língua:	The relation between private financing in electoral campaigns with expenses by function of the government of the period Goiânia election 2004, 2008 and 2012.
Palavras-chave em outra língua:	Accountability; political cycles; public expenses; campaign revenue
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	10/12/2013
Graduação/Curso Especialização:	Ciências Contábeis
Orientador (a):	Prof. Me. Ednei Morais Pereira

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

a) Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém prerrogativa de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento em questão contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Goiás os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento em questão.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos do autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás a disponibilizar a obra, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional de Monografias da UFG (RIUFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? () Sim (X) Não

Permitir modificações em sua obra?

() Sim

() Sim, contanto que outros compartilhem pela mesma licença .

(X) Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Local e data Goiânia, 10 de dez. 2013

Ana Flávia Faria Rosa

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Prof. Dr. Edward Madureira Brasil
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof.^a Dra. Sandramara Matias Chaves
Pró-Reitora de Graduação

Prof.^a Dra. Divina das Dores de Paula Cardoso
Pró-Reitora de pesquisa e pós-graduação

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretora da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

Prof. Me. Ednei Morais Pereira
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Ana Flávia Faria Rosa

A RELAÇÃO ENTRE O FINANCIAMENTO PRIVADO NAS CAMPANHAS
ELEITORAIS COM OS GASTOS POR FUNÇÕES DO GOVERNO DO MUNICÍPIO DE
GOIÂNIA NO PERÍODO ELEITORAL 2004, 2008 E 2012.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para obtenção do
Título de Bacharel em Ciências Contábeis pela
Faculdade de Administração, Ciências
Contábeis e Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Goiás (FACE/UFG).

Orientador:

Prof. Me. Ednei Morais Pereira

Goiânia (GO)

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

R788r Rosa, Ana Flávia Faria.
A relação entre o financiamento privado nas campanhas eleitorais com os gastos por funções do governo do município de Goiânia no período eleitoral 2004, 2008 e 2012 [manuscrito] / Ana Flávia Faria Rosa. - 2013.
49 f. : figs., tabs, qds..

Orientador: Prof. Me. Ednei Moraes Pereira.
Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, 2013.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, gráficos, quadros e tabelas.

Apêndices.

Anexos.

1. *Accountability*. 2. Ação de prestação de contas – Gastos públicos – Goiânia (GO). 3. Campanha eleitoral – Receita – Goiânia (GO). I. Título.


CDU: 35.073.526:32

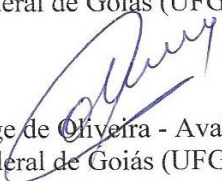
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Faculdade de Administração Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face)
Bacharelado em Ciências Contábeis

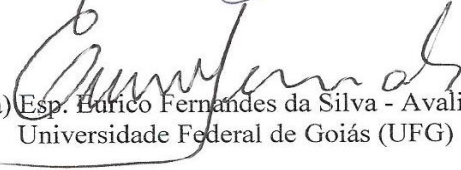
Ana Flavia Faria Rosa

A Relação entre o financiamento privado nas campanhas eleitorais com os gastos por funções do governo do Município de Goiânia no período eleitoral 2004, 2008 e 2012

Trabalho de conclusão de curso apresentado e aprovado no Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis. Defendido publicamente perante a seguinte comissão avaliadora:


Prof.(a) Me. Ednei Moraes Pereira - Orientador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)


Prof.(a) Me. Johnny Jorge de Oliveira - Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)


Prof.(a) Esp. Enrico Fernandes da Silva - Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO)
10 de dezembro de 2013.

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela oportunidade de crescimento e por estar comigo em todos os momentos. Aos meus pais Aristeu e Marlene pelo exemplo de fé, amor, determinação e por terem cuidado de mim, mesmo em meio as maiores dificuldades, agradeço por tudo o que fizeram por mim. Ao meu noivo Thierry, pelo carinho, incentivo e paciência. Ao meu irmão Pedro Henrique, pelo carinho.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram e me ensinaram o que é importante na vida, em especial a Cíntia, pelas conversas, risadas, apoio e críticas que me ajudaram a crescer, ao Eduardo Silva sempre disposto a ajudar e apoiar nos momentos bons e ruins da vida acadêmica, não me deixando desanimar, ao Allan pelo incentivo, a Maíra pelo carinho e disposição sempre que precisei, a Kadny pelo carinho e conversas, ao Mateus Pereira, a Karla, a Karoline, Emanuela, Letícia, Silézia, Gustavo, Marina pelas muitas conversas e risadas, às minhas amigas que não poderia deixar de citar Lanuce e Natália que dividiram comigo suas alegrias durante esses anos.

Agradeço a todos os professores pelo muito que me ensinaram. Ao Antônio Daniel Ribeiro Filho, pelas dicas e presteza em responder meus e-mails.

Ao meu orientador, professor Ednei Morais pela paciência, dedicação e esforço para a realização desta monografia.

À minha família e a todos que acreditaram em mim e no meu sucesso.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”.

Arthur Schopenhauer

RESUMO

A Lei 9.096/95 regulamentou a arrecadação de campanhas por meio do fundo partidário que possui em sua composição doações de pessoas físicas, jurídicas e do próprio governo. A obrigatoriedade da prestação de contas tanto dos partidos quanto do governo possibilitou a investigação da teoria do ciclo político quanto ao que se tem realizado com os recursos públicos e quais são os beneficiados nesse processo, a sociedade em geral ou os empresários. Partindo dessa ideia, o objetivo foi verificar se existe relação entre os doadores pessoa jurídica das receitas de campanha dos candidatos eleitos e os gastos por função desses governos. A amostra foram os candidatos a prefeitos eleitos no período correspondente aos anos eleitorais de 2004, 2008 e 2012, do município de Goiânia- GO, as receitas de campanha e os gastos por função do mandato, pertencendo ao mesmo período. Os métodos utilizados para analisar os dados foram a estatística descritiva, a Análise de Correspondência e a Análise de Homogeneidade, que analisam variáveis qualitativas. Através do método utilizado e da informação coletada pode-se concluir que não há uma relação direta entre os doadores das receitas arrecadadas e os gastos realizados por função.

Palavras-chave: *accountability*; ciclos políticos; gastos públicos; receitas de campanha.

ABSTRACT

The 9.096/95 Law established that political campaigns fundraising by partisan fund has in yours composition natural person's donations, legal entity and government. The obligation of the accountability, on the political parties as well as on the government has allowed the investigation of the political cycles theory in what it has been accomplished with the public resources and who is benefits on this process, society or the entrepreneurs. Trough this idea, the aim was to verify if there is relationship between the revenue of the campaigns of the elected candidate of the legal entity donors and the function expenses of these governments. The sample was the elected candidates to mayor in the period of 2004, 2008 and 2012, in the municipality of Goiânia - Goiaz, the revenues of the campaigns, and the function expenses on those mandates, at the same period. The methods used in the analyzes where the descriptive statistics, Correspondence Analyzes and Homogeneity Analyzes that are used to qualitative variable. Trough the methods and the information collected it concluded that there is not an direct relation between the revenue donors and the function expenses.

Key-words: accountability; political cycles; public expenses; campaign revenue.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Representação do Período de Transição de Governo	18
Figura 2- Mapa perceptual: Relação entre o ano eleitoral e a atividade econômica das pessoas jurídicas doadoras.	27
Figura 3- Mapa perceptual: Relação entre a atividade econômica dos doadores pessoa jurídica com o partido eleito.	28
Figura 4- Mapa perceptual: Relação entre ano eleitoral, atividade econômica dos doadores pessoa jurídica e partido eleito.	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução das despesas orçamentárias em termos percentuais da receita	18
Gráfico 2-Análise do total das despesas realizadas.	30
Gráfico 3-Resultado da receita arrecadada menos despesa realizada.....	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Relação dos candidatos e partidos nos anos eleitorais analisados.	23
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Total da receita de campanha arrecadada por candidato eleito.	25
Tabela 2-Proporção de doadores em relação à receita total arrecadada do partido eleito nos anos de 2004, 2008 e 2012.	25
Tabela 3-Proporção das atividades econômicas em relação ao total de doadores pessoa jurídica do partido eleito nos anos de 2004, 2008 e 2012.	26
Tabela 4-Resultado teste Qui-quadrado	27
Tabela 5-Análise horizontal da despesa total realizada.	30

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE GRÁFICOS	9
LISTA DE QUADROS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Caracterização do Tema	13
1. 3 Objetivos	15
1.3.1Objetivos gerais	15
1.3.2 Objetivos específicos.....	15
1.4 Justificativa	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 Ciclos políticos	17
2.2 Fundo partidário.....	19
2.3 Accountability/ Prestação de contas	19
2.4 Gastos públicos; receitas	21
3 METODOLOGIA.....	23
4 ANÁLISE e RESULTADOS.....	25
4.1 Composição do financiamento das campanhas eleitorais	25
4.2 Os gastos públicos por função orçados e realizados.....	29
4.3 Receita arrecada por atividade x despesas realizadas	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICE A- Principais funções do município que tiveram alterações durante o período de 2005 a 2012.	39
APÊNDICE B- Despesas realizadas por projeto/atividade das maiores funções de 2010.....	40
ANEXO A- Funções E Subfunções De Governo(*)	44
ANEXO B- Despesas Realizadas Por Função	47

1 INTRODUÇÃO

1.1 Caracterização do Tema

O Estado Democrático Brasileiro, segundo a Constituição Federal, em seu Art. 1º, Parágrafo único, possui a seguinte característica: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, [...]”. Tal regime foi implantado em sua totalidade, com os moldes atuais, a partir do fim da Ditadura Militar (COSTA, 2008). Sendo assim, o regime democrático proporcionou ao país uma oportunidade de ouvir o povo e os tornar responsáveis pelo desenvolvimento da nação.

Ao atender os requisitos desse regime nada mais justo do que apresentar uma diversidade de partidos políticos, sua implantação, reconhecimento e legalidade. Conforme prescrito no Art. 17 da Constituição de 1988, a livre criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos tem o dever de atender a alguns preceitos. Tais como, caráter nacional, recusa de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro, prestação de contas a Justiça Eleitoral, assim como mostrar o direito de autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, obtenção de recursos do fundo partidário e o veto de utilizar organização paramilitar (BRASIL, 1988). Atualmente no Brasil, existem 30 partidos políticos registrados conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2013).

Os partidos políticos brasileiros, assim como qualquer instituição, necessitam de financiamentos compostos de recursos públicos e/ou privados, para a sua existência e continuidade. Esse recurso tem origem do fundo partidário, criado pela Lei nº 4.740/65 e regulamentado pela Lei nº 9.096/95. O financiamento privado, também presente no fundo partidário, advém de doações de pessoas física ou jurídica.

O financiamento privado, objeto de estudo do presente trabalho, possui algumas exigências presentes na Lei nº 9.096/95, Art. 39, na qual as doações de pessoas físicas ou jurídicas devem ser feitas por meio de cheques cruzados ou depósitos bancários, diretamente na conta dos partidos políticos. A Lei nº 9.504/97, a partir do Art. 17, dispõe sobre outras limitações na arrecadação de recursos como, por exemplo, o valor limite de doação de pessoa física.

Diante deste cenário instituído há discordância do modelo de financiamento dos partidos políticos. Existem ativistas e advogados defensores da idéia de que os partidos políticos deveriam possuir apenas investimentos oriundos de recursos públicos. Isto, devido à

troca de favores que o modelo misto possibilita. O modelo de financiamento de recursos públicos demonstraria uma igualdade na competitividade dos partidos, vencendo aquele que conseguir um maior eleitorado (JUNGMANN, 2013), como consequência também aumentaria o rigor em relação à prestação de contas do dinheiro público que seria neste caso bem maior e mais fiscalizado, reduzindo a questão da corrupção abrindo de certa forma uma divulgação dos dados e poder de análise do cidadão.

Dentro do atual regime de financiamento misto a Lei 9.096/95 determina que todos os partidos devem declarar seus recursos obtidos e despesas incorridas. Sejam eles de origem público ou privado, por meio da prestação de contas, assegurando a população o direito de saber como os recursos estão sendo distribuídos e a presença ou não de jogo de interesse. Estas devem possuir em seus balanços, segundo Art. 33, o disposto a seguir:

- I - discriminação dos valores e destinação dos recursos oriundos do fundo partidário;
- II - origem e valor das contribuições e doações;
- III - despesas de caráter eleitoral, com a especificação e comprovação dos gastos com programas no rádio e televisão, comitês, propaganda, publicações, comícios, e demais atividades de campanha;
- IV - discriminação detalhada das receitas e despesas.

Diante da regulação do financiamento eleitoral, a contabilidade apresenta informações, tendo como objetivo, manter uma divulgação confiável na qual os usuários possam tomar decisões, podendo perceber se existe a triangulação de recursos, quando os dados dos gastos públicos são confrontados com as prestações de contas dos partidos. Nesse sentido, a contabilidade pública ou governamental regulada pela Lei 4.320/64, que trata da elaboração e controle dos orçamentos e balanços, tem o papel de informar os cidadãos a respeito do que ocorre com os recursos públicos arrecadados durante o exercício. No âmbito da legislação brasileira, a apresentação da Lei Orçamentária Anual (LOA), regulamenta a previsão de receitas e a fixação de despesas.

O processo de triangulação de recursos instigou a criação da teoria dos ciclos políticos como grande aliada no processo de investigação, ela analisa o processo decisório de governantes, sob a perspectiva de que os mesmos pretendem se manter no poder, seja por meio de sua própria candidatura ou da permanência do partido, manipulando o sistema econômico ou fiscal, adotando medidas que possam vir no futuro a ter efeitos negativos como inflação e desemprego (CARVALHO e OLIVEIRA, 2009).

Segundo os resultados obtidos no trabalho de Nakaguma e Bender (2006), a reeleição instituída por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 16 de 1997 e a Lei de Responsabilidade

Fiscal (LRF), pela Lei Complementar nº 101 de 2000, são fatores que vieram a dar respaldo a teoria dos ciclos políticos. A LRF normatiza a responsabilidade da gestão fiscal e a prestação de contas dos gastos públicos, abarcando a contabilidade pública. E a Emenda Constitucional 16 regulamenta o processo de recondução dos candidatos a mais um mandato no período subsequente.

Além da influência da legislação nos ciclos políticos, Portugal (2006) e Ribeiro Filho (2011) discutiram que outras variáveis como as legendas partidárias, grupos socioeconômicos e os gastos públicos nos períodos de pleito eleitoral nos níveis federal, estadual e municipal, podem evidenciar a existência dos ciclos políticos.

Portugal (2006) analisou os efeitos do financiamento público e privado de campanhas eleitorais sobre a política implementada pelo partido majoritário. E os resultados obtidos por Ribeiro Filho (2011) indicam que há influência do partido e da ideologia partidária na composição das contas públicas. Ambas as pesquisas tentaram demonstrar a existência da triângulação de recursos, podendo perceber se determinado setor do doador privado seria beneficiado após a eleição do candidato ou partido receptor dos valores doados.

Nesse sentido, os indícios apontados por Portugal (2006) e Ribeiro Filho (2011) instigaram a questão-problema: qual a relação entre o financiamento privado nas campanhas eleitorais com os gastos por funções do governo do município de Goiânia no período eleitoral de 2004 a 2012?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivos gerais

A partir da problemática apresentada, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre o financiamento privado por grupo de atividade econômica para as campanhas de eleição e os gastos públicos por função desses governos.

1.3.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- a) Comparar as despesas de acordo com a classificação funcional, incluindo as subfunções do mandato municipal de Goiânia período 2004-2012, com os setores econômicos doadores das campanhas;
- b) Verificar se existem evidências de alterações dos gastos, no período eleitoral, nas contas públicas do município no período 2004-2012;

1.4 Justificativa

A necessidade de investigações dos gastos públicos, tem se tornado constante no atual cenário brasileiro, onde as falhas em municípios causados pela má gestão possuem forte relação com o aumento de casos de corrupção (VIEIRA, 2011).

A implantação do próprio governo de sistemas de cruzamento de dados tem despertado a curiosidade de estudiosos em investigar a respeito da confiabilidade das informações divulgadas, sendo assim são elaboradas análises a partir dos dados contábeis e legislação aplicada às esferas públicas.

É por intermédio das informações divulgadas, partindo do pressuposto de que são verdadeiras, é que se pode fazer uma análise crítica com poder de confrontar os candidatos ou futuros candidatos de determinados partidos da existência de indícios de triangulação de recursos. Essa triangulação pode ocorrer, quando o partido pretende se manter no poder e pretende com isso beneficiar seus doadores, pessoas jurídicas, ou quando o candidato individualmente beneficia determinados segmentos em sua gestão por intermédio da manipulação dos gastos públicos, mesmo com as leis e outros regulamentos que o limitem.

Verificar a possibilidade de determinados partidos estarem vinculados a certos setores econômicos também podem fazer a população ter uma visão mais aberta quanto à escolha real de quem se pretende colocar no poder para gerir um país que possui uma população que tem as mais diversas necessidades e não somente aquelas que o setor “X” possa proporcionar. Temos também como papel observar se os dados realmente estão sendo esclarecedores quanto ao modo como estão sendo divulgados pelos Portais da Transparência.

Desse modo, é de interesse da população buscar por intermédio dos estudos realizados informações em defesa do patrimônio público. Através da análise dos candidatos e partidos a sociedade pode obter respaldo contra futuros prejuízos, tanto na questão social quanto econômica do país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ciclos políticos

Sakurai (2009) define ciclos políticos como: “[...] a possibilidade de fatores políticos afetarem o comportamento das variáveis econômicas, [...]” Os ciclos políticos são os estudos da conduta periódica nos gastos públicos e sua associação com o período eleitoral (CARVALHO e OLIVEIRA, 2009).

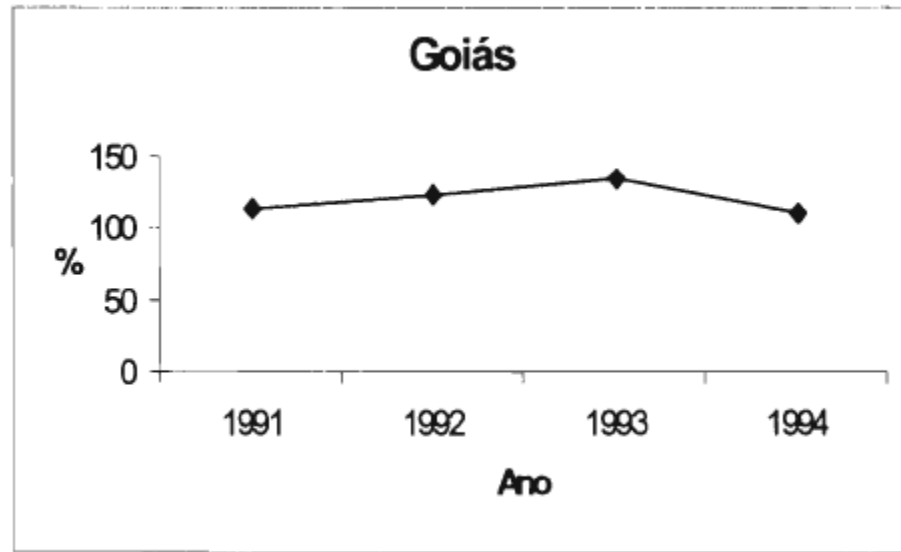
A teoria clássica dos ciclos políticos foi formulada por volta da década de 70, por Nordhaus, MacRae e Tufte. Estes defendiam o fato de que os ciclos políticos seriam a ferramenta que garantiria o processo da reeleição (FIALHO, 1999). De acordo com Nakaguma e Bender (2010), os ciclos políticos também servem para aumentar o índice de reeleição, visto como um ponto de partida para o desvio inadequado de gastos públicos.

Dentro da literatura os ciclos políticos estão subdivididos em dois grupos de incentivo os oportunistas e os partidários, o primeiro grupo assume uma assimetria informacional em relação à boa gestão dos governantes, motivando os mesmos a apresentarem suas habilidades aos eleitores (NAKAGUMA; BENDER, 2006), o segundo é aquele que independente de sua filiação partidária busca sua manutenção no poder, envolvendo seus interesses individuais (SAKURAI; GREMAUD, 2007).

Alguns estudos testam a teoria dos ciclos políticos, encontrando relação com o mesmo (MENEGUIN, 2001; SAKURAI; GREMAUD, 2007; SAKURAI, 2009; NAKAGUMA e BENDER, 2010; NASCIMENTO, 2011; RIBEIRO FILHO, 2011) são poucos que não encontram assim como o trabalho de Gonçalves e Fenolio (2007) investigando se a política monetária teria relação com a teoria dos ciclos políticos.

Destaca-se trabalhos iniciais como o de Meneguin (2001), no estado de Goiás, que através de uma análise dos dados do estado, percebeu a existência de um menor gasto no período pré-eleitoral em uma época em que a lei da reeleição ainda não existia. Pela percepção do autor, o favoritismo partidário, esteve presente neste caso, no qual o Governador Iris Rezende (1991-1994) passou o cargo para o Governador Maguito Vilela, pertencente ao mesmo partido: PMDB. A seguir o gráfico 1 apresenta os resultados obtidos por Meneguin (2001).

Gráfico 1- Evolução das despesas orçamentárias em termos percentuais da receita

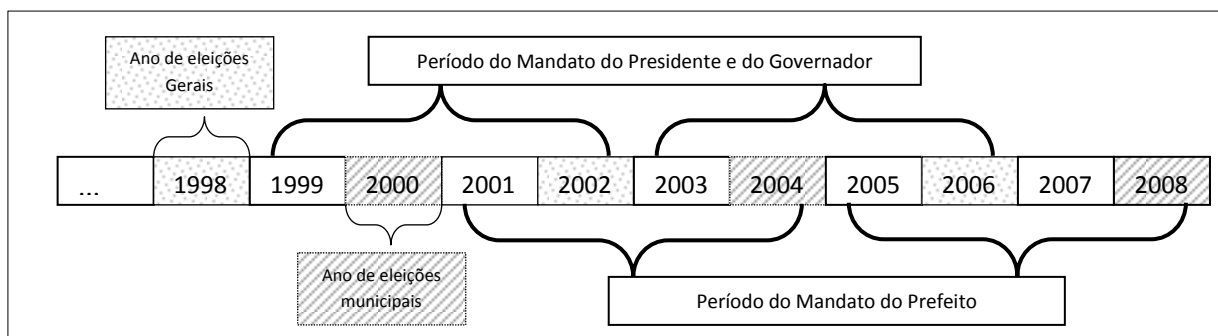


Fonte: Adaptado de MENEGUIN (2001)

Outras pesquisas como a de Ribeiro Filho (2011), já com a instauração do processo de reeleição criado pela Emenda Constitucional nº 16 de 1987, reforçou a ideia da existência dos ciclos políticos numa esfera nacional, onde o candidato teve a possibilidade de manipular os gastos de modo a promover uma imagem de bom gestor para seus eleitores, o que garantiria sua permanência no poder.

Ribeiro Filho (2011) utilizou de variáveis orçamentárias e contábeis para fazer uma associação com a teoria dos ciclos políticos, os dados utilizados abarcaram a União, os Estados-membros e o Distrito Federal pelo período de 1995 a 2009, classificando a transição de governo conforme o exposto na figura 1. Como resultado, constatou que os governos orientam as contas públicas provavelmente de maneira oportunista em épocas eleitorais.

Figura 1- Representação do Período de Transição de Governo



Fonte: Ribeiro Filho, 2011.

2.2 Fundo partidário

O financiamento político viabiliza a campanha dos candidatos. Podendo ser caracterizado como de “caráter misto, com forte predominância privada.” (REIS, 2010).

O financiamento de campanhas, de acordo com o disposto na Lei 9.096/95, provém do fundo partidário. Este “é um Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, que tenham seu estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral e prestação de contas regular perante a Justiça Eleitoral.” (TSE, 2013). Tal fundo é obtido através de recursos oriundos do próprio Estado e de doações, podendo estas serem de pessoas físicas e/ou jurídicas.

Conforme Art. 38 da Lei 9.096/95, o fundo partidário é composto por:

[...]

I – multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas;

II – recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual;

III – doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário;

IV – dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicados por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995.

Financiadores privados tem um limite de doações, no qual a pessoa física pode doar até 10% do rendimento bruto obtido no ano anterior ao da eleição. Tendo como exceção os valores repassados em dinheiro referentes ao uso de bens móveis ou imóveis de sua propriedade, não ultrapassando o valor de R\$ 50.000,00. As pessoas jurídicas poderão doar até 2% do faturamento bruto no ano anterior ao da eleição. Aqueles que descumprirem a Resolução nº 23.217, de 2010 (TSE, 2010), terão como sanção multa de 5 a 10 vezes o valor excedente, ficando a pessoa jurídica impedida de participar de processos licitatórios e celebrar contratos com o poder público, por um período de 5 anos.

Para um controle dessas informações são elaboradas pelos partidos prestações de contas de toda a receita arrecadada durante o período eleitoral, permitindo a acessibilidade do eleitor aos dados.

2.3 *Accountability*/ Prestação de contas

Conforme o trabalho de Pinho e Sacramento (2009) sobre o termo *accountability*,

[...] constatou-se que o significado do conceito envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo.

A prestação de contas voltada para os partidos em que os mesmos apresentam suas receitas e gastos de campanha nos proporcionam a análise da existência de algum elemento envolvendo a corrupção, a seguir alguns elementos presentes nas prestações de contas partidárias.

A Lei 9.096/95 nos arts. 30 a 37 demonstram as exigências quanto a prestação de contas partidárias, onde temos a exigência de entrega anual à Justiça Eleitoral, do balanço do período findo, até 30 de abril do período subsequente, no ano em que ocorrem eleições tem-se a exigência de envio de balancetes mensais durante quatro meses anteriores e dois posteriores, ter em posse documentação comprobatória por prazo não inferior a cinco anos. Existem sanções para aqueles que não cumprem os devidos requisitos acima citados, como suspensão de novas cotas do Fundo Partidário.

A suspensão de novas cotas do Fundo Partidário atualmente presente na Lei 9.693, de 27 de julho de 1998, não se aplica em casos de ações praticados por órgãos regionais ou municipais e sim na ausência de prestações de contas sejam elas parciais ou totais.

Assim como os partidos devem prestar contas de seus gastos o governo também tem o mesmo dever, tudo isso colabora para uma maior transparência e auxílio na escolha dos candidatos pelos eleitores. Com o advento de questões relacionadas à corrupção, o governo procura de todas as formas possíveis sanar eventuais aberturas que induzam a mesma.

Algumas leis cooperaram para o processo de abertura de dados do governo como a Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, que mantém o equilíbrio das contas públicas, a Lei Complementar – LC nº 131, de 27 de maio de 2009, determinando a disponibilidade em tempo real de informações sobre execução orçamentária e financeira dos entes públicos, e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso à informação. A prestação dos gastos públicos pode ser observada por intermédio do Portal da transparência e *site* de órgãos fiscalizadores, onde obtemos os dados contábeis referentes às receitas arrecadadas pelo governo e as despesas realizadas de acordo com a contabilidade aplicada ao Setor Público.

2.4 Gastos públicos; receitas

Para que possam ser elaboradas as prestações de contas são necessárias informações contábeis que representem de forma fidedigna os processos das instituições. Os partidos, assim como o governo seguem determinadas especificidades contábeis aplicadas ao seu setor, como “... manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação de suas.” (Art. 30, Lei 9.096/95), as mesmas são instauradas por meio de leis e normativos, fornecendo o caminho a ser seguido na mensuração, evidenciação e divulgação das informações.

A Lei 4.320/64, em seu artigo 30 diz: “O partido político, através de seus órgãos nacionais, regionais e municipais, deve manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas.” Outras leis e regulamentos referentes às contas partidárias podem ser observadas pelas Resoluções presentes no *site* do TSE.

A questão governamental apresenta a Contabilidade Pública como aliada na divulgação de informações, tendo a apresentação das receitas e despesas públicas a seguir alguns regulamentos classificadores desses elementos.

A Lei 4.320/64 informa que as receitas públicas são compostas de impostos, taxas e contribuições, e que as mesmas se classificam em duas categorias econômicas, Receitas Correntes e Receitas de Capital.

§ 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente. (Lei 4.320/64, Art. 11)

Os gastos ou despesas públicas são compostos pelas despesas correntes e de capital. As Despesas de Capital são compostas por investimentos, inversões financeiras e transferências de capital (Lei 4.320/64, Art. 12, §§ 1º ao 6º), a Despesa Corrente são os que envolvem manutenção e funcionamento dos serviços públicos (CARVALHO; OLIVEIRA, 2009), é composta pelas despesas de custeio e transferências correntes.

Através do sistema orçamentário podemos encontrar elementos que demonstrem como estão sendo geridos os recursos pelos candidatos, o resultado orçamentário é o instrumento

que nos proporciona essa análise, onde o ideal é que a Receita Orçamentária seja igual à Despesa orçamentária gerando um resultado nulo (SLOMSKI, 2003), quando isso não ocorre temos as seguintes situações, Receita orçamentária maior que a Despesa orçamentária o resultado é positivo gerando um superávit e quando a Receita orçamentária é menor que a Despesa orçamentária o resultado é negativo gerando um déficit. Esses elementos podem resultar de um mau planejamento do que se pretende arrecadar e gastar durante determinado período.

Ainda em referencia aos gastos públicos, temos segundo a Portaria n° 42, de 14 de abril de 1999, o conceito de função e subfunção que podem ser encontrados nos dados fornecidos pelo Portal da Transparência, em que função é o maior nível de associação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público e subfunção representa uma subdivisão das despesas, dentro da referida portaria encontramos 28 funções e 109 subfunções.

3 METODOLOGIA

Para se alcançar os objetivos do presente trabalho, definiu-se o universo da presente pesquisa pelos candidatos eleitos no Estado de Goiás e sua respectiva gestão, segundo dados do *site* do TSE. A população da pesquisa correspondeu aos candidatos eleitos e seus respectivos partidos do município de Goiânia, por ser o município de maior população, cerca de 22% da população do estado de Goiás e conseqüentemente de maior receita arrecadada. E por fim, a amostra foi composta pelos candidatos reeleitos na cidade de Goiânia, seus partidos e os gastos originados de sua gestão, correspondentes ao período de 2004 a 2012.

Na coleta de dados foram necessárias técnicas para que os mesmos proporcionassem respostas às questões apresentadas de modo confiável e válida (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p.13-20). Logo, utilizou-se a base de dados situada no *site* do Tribunal Superior Eleitoral, no período de 2004, 2008 e 2012.

Coletou-se nomes dos partidos, seus representantes, no caso prefeitos, no período correspondente a 2004 a 2012, além da atividade econômica de seus doadores, obtidos da prestação de contas dos partidos eleitos. E ainda, os dados referentes aos valores das receitas de campanha arrecadadas pelos partidos e os gastos de contas de despesas realizadas que se encontram no *site* do Portal da transparência do Município de Goiânia, no mesmo período.

Quadro 1- Relação dos candidatos e partidos nos anos eleitorais analisados.

Candidato	Ano	Partido
Iris Rezende	2004 e 2008	PMDB
Paulo Garcia	2012	PT

Fonte: Elaboração própria

O tratamento dos dados delimitou-se às pessoas jurídicas doadoras e em seguida por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ no *site* da Receita Federal, verificou-se a atividade econômica principal de cada empresa, e agrupou-se conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas- CNAE.

Foi utilizada a estatística descritiva para saber quais os doadores predominantes como pessoa jurídica, pessoa física, e em seguida obter as atividades econômicas dos doadores pessoa jurídicas. Realizou-se, também, a análise de correspondência (ANACOR), para relacionar o ano eleitoral e as atividades econômicas classificadas pelo CNAE e a relação

partido eleito. Em seguida, foi utilizado o teste de homogeneidade (HOMALS), relacionando o ano eleitoral, partido eleito e CNAE.

Antes da utilização do ANACOR e HOMALS, utilizou-se do teste Qui-quadrado, a um nível de significância de 5%, para atender requisitos estatísticos de variáveis qualitativas (FAVERO *et al.*, 2009), ambos testes foram realizados por meio do *software SPSS* versão 18.

Para os dados extraídos do Portal da Transparência, primeiro alinou-se as despesas por funções realizadas com os anos correspondentes, em seguida foi elaborada uma análise horizontal, para verificar as modificações dos dados ao longo do tempo. Em seguida, analisou-se as atividades que envolviam as funções de maior variação no tempo presente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para estipular os projetos e atividades a serem realizados durante o ano.

4 ANÁLISE e RESULTADOS

4.1 Composição do financiamento das campanhas eleitorais

Os resultados obtidos por meio do tratamento dos dados consideraram a arrecadação dos partidos políticos eleitos nos anos de 2004, 2008 e 2012, conforme tabela 1.

Tabela 1-Total da receita de campanha arrecadada por candidato eleito.

	IRIS RESENDE (PMDB)		PAULO GARCIA (PT)
	2004	2008	2012
Total Receita Arrecadada	R\$ 3.386.559,73	R\$ 3.372.388,61	R\$ 5.601.221,70

Fonte: Elaboração própria

Para o candidato Iris Rezende a receita arrecadada na campanha à prefeitura de Goiânia de maior proporção, corresponde às pessoas jurídicas, com 70% no ano de 2004 e 84% em 2008 do total arrecadado com o financiamento privado, conforme exposto na tabela 2. Observou-se, na composição do financiamento privado da campanha eleitoral do candidato Paulo Garcia do PT, a maior arrecadação com 69% das receitas oriundas de recursos do próprio partido, 25% das receitas está relacionada às pessoas jurídicas doadoras.

Tabela 2-Proporção de doadores em relação à receita total arrecadada do partido eleito nos anos de 2004, 2008 e 2012.

Doadores	IRIS RESENDE (PMDB)		PAULO GARCIA (PT)
	2004	2008	2012
Pessoas Físicas	21%	13%	6%
Pessoas Jurídicas	70%	84%	25%
Recursos Próprios	1%	1%	-
Outros candidatos/ comitê	8%	2%	69%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 3, classificou-se o total da arrecadação de pessoas jurídicas de acordo com CNAE do CNPJ. A maior proporção em 2004 ficou para a atividade de coleta e tratamento de resíduos e em 2008 comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas. A atividade econômica predominante no ano eleitoral de 2012 corresponde a Construção de edifícios com 26% do total da receita arrecadada de pessoa jurídica.

Tabela 3-Proporção das atividades econômicas em relação ao total de doadores pessoa jurídica do partido eleito nos anos de 2004, 2008 e 2012.

	2004	2008	2012
Atividades de serviços financeiros			11%
Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	32%	-	-
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	-	29%	-
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	-	-	10%
Comércio varejista	7%	-	22%
Construção de edifícios	13%	-	26%
Edição e edição integrada à impressão	-	5%	-
Fabricação de produtos alimentícios	-	14%	-
Obras de infraestrutura	9%	28%	11%
Outros	22%	18%	21%
Telecomunicações	17%	-	-
Transporte terrestre	-	6%	-
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria

O PMDB possui em sua estrutura de arrecadação por dois mandatos consecutivos, recursos de pessoas jurídicas, sendo predominante o de atividade econômica de Obras de infraestrutura. O PT apresentou uma maior arrecadação de recursos do próprio partido onde 91% desse recurso foram doados pelo seu Diretório Nacional. Verificou-se em ambos os partidos as atividades de Obras de infraestrutura, Construção de edifícios e Comércio varejista. Os percentuais classificados como “Outros”, foi o agrupamento composto de diversas atividades pulverizadas de baixa proporção em relação ao total da receita pessoa jurídica.

Se estabelecermos um *ranking* em cada Ano/Partido eleito percebeu que em 2004/PMDB o setor de construção de edifícios fica na terceira posição com 13% do total da receita arrecadada de pessoa jurídica e na quarta posição com 9% obras de infraestrutura, deixando de contar a participação de “Outros”, em 2008/PMDB aparece em segundo lugar obras de infraestrutura com 28% e 2012/PT na primeira posição com 26% a atividade de construção de edifícios.

Verificou-se, na tabela 4, quando aplicado o teste Qui-quadrado, a associação significativa entre as atividades econômicas que compuseram o montante da arrecadação, o ano e o partido, a fim de realizar o teste da ANACOR e HOMALS.

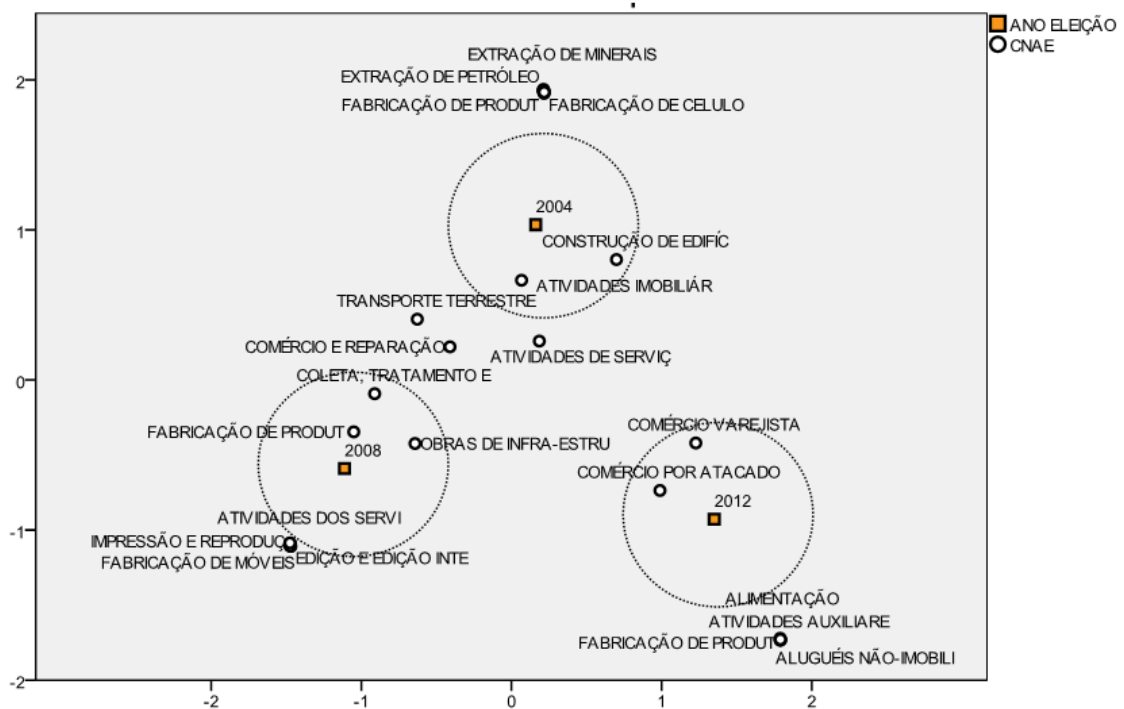
Tabela 4-Resultado teste Qui-quadrado

	Relações utilizadas	Significância
ANACOR E HOMALS	CNAE*ANO	,000
	CNAE*PARTIDO	,002

Fonte: Elaboração própria

Na figura 2 o mapa perceptual mostra a relação existente entre o ano eleitoral e as empresas de atividade econômica que apresentaram um padrão, onde no ano de 2004 existe uma relação maior com as Atividades imobiliárias e Construção de Edifícios, em 2008 Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais, Obras de infraestrutura e Fabricação de produtos alimentícios e em 2012 o Comércio varejista e Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas.

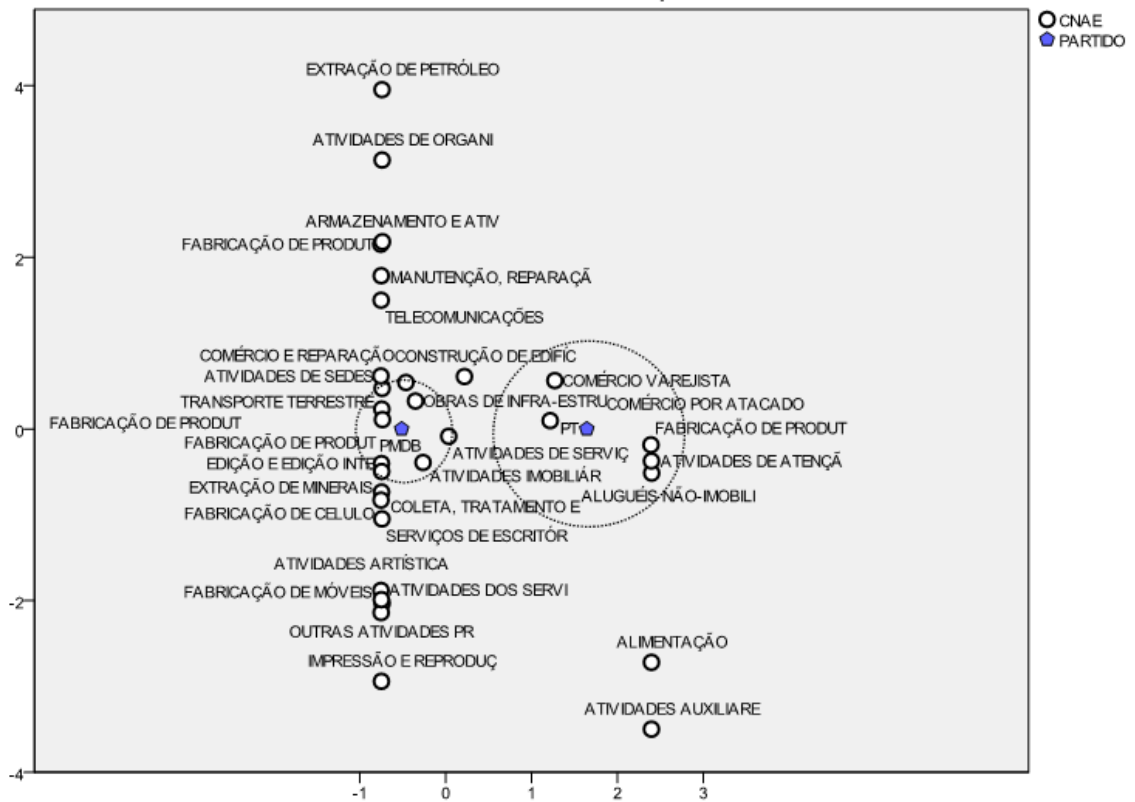
Figura 2- Mapa perceptual: Relação entre o ano eleitoral e a atividade econômica das pessoas jurídicas doadoras.



Fonte: Elaboração própria

Na figura3, relacionou-se classificação nacional de atividade econômica- CNAE, com os partidos eleitos, constatando uma maior relação do PMDB com Obras de infraestrutura, Construção de edifícios, Transporte terrestre, Fabricação de produtos alimentícios, Edição e edição integrada à impressão, Atividades de serviços financeiros e Atividades imobiliárias. O PT aborda o Comércio varejista, Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas, Atividades de atenção à saúde humana.

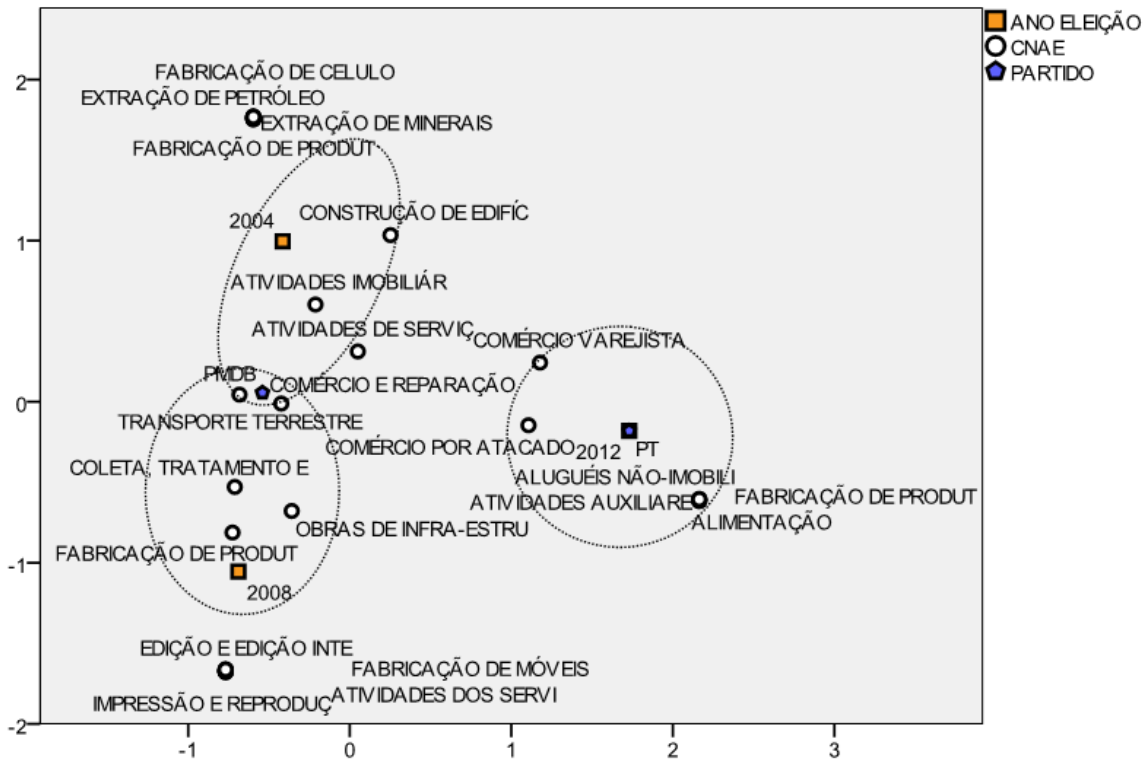
Figura 3- Mapa perceptual: Relação entre a atividade econômica dos doadores pessoa jurídica com o partido eleito.



Fonte: Elaboração própria

A figura 4 apresenta os dados: ano da eleição, a classificação do CNAE e o partido. Sendo assim temos a relação do ano de 2004 com a Construção de edifícios, Atividades imobiliárias, Atividades de serviços financeiros, Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, Transporte terrestre, em 2008, Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais, Obras de infraestrutura, Fabricação de produtos alimentícios, Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e Transporte terrestre, no ano de 2012, Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas, Comércio varejista, Alimentação, Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos e Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros.

Figura 4- Mapa perceptual: relação entre ano eleitoral, atividade econômica dos doadores pessoa jurídica e partido eleito.



Fonte: Elaboração própria

A partir da estatística descritiva e os resultados da ANACOR e HOMALS, pode-se inferir que o período estudado mostra uma tendência de que as atividades de Construção de edifícios e Obras de infraestrutura foram mais presente na participação das receitas que correspondam às pessoas jurídicas, casando com as propostas dos candidatos do referido período eleitoral, assim como a título de exemplo a candidatura à prefeitura de Iris Rezende, no ano de 2004, demonstrando interesse em relação à saúde, transporte coletivo e organização do trânsito da cidade, que acarretaria em maiores gastos com obras de infraestrutura.

4.2 Os gastos públicos por função orçados e realizados

Considerando que os anos de 2004, 2008 e 2012 foram anos eleitorais, verificou-se os anos pré-eleitorais e pós-eleitorais, assim como o processo do ciclo político sugere. A tabela 5 apresenta as variações da despesa total, pode-se notar que nos anos pós-eleitorais 2005 e 2009 o aumento das despesas realizadas está de acordo com os estudos de Meneguín (2001) Sakurai; Gremaud, (2007); Sakurai, (2009); Nakaguma E Bender, (2010); Nascimento, (2011); Ribeiro Filho (2011), em que os governantes tendem a reduzir os gastos antes do ano eleitoral e aumentar no ano pós-eleitoral.

Tabela 5-Análise horizontal da despesa total realizada.

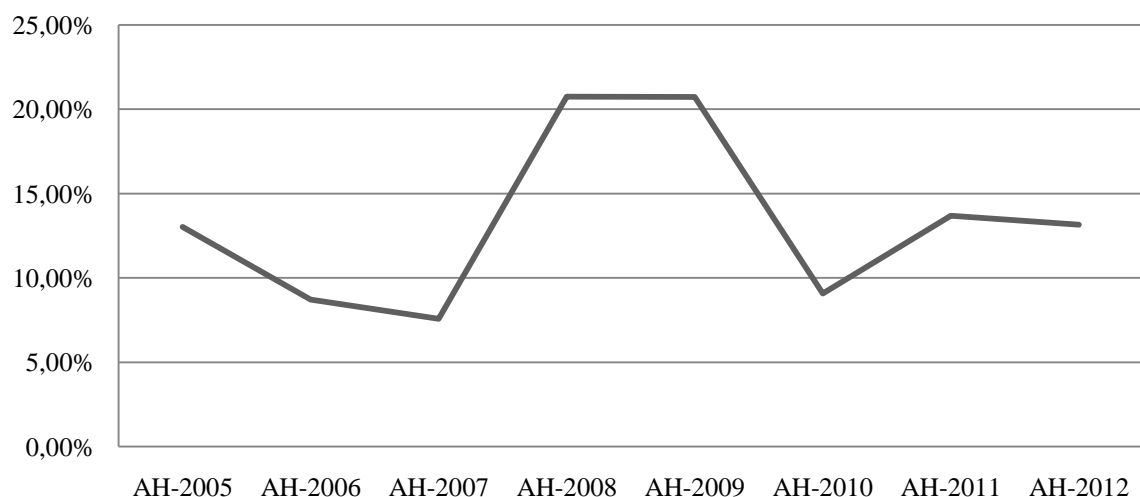
	AH-2005	AH-2006	AH-2007	AH-2008	AH-2009	AH-2010	AH-2011	AH-2012
Despesa total realizada	13%	9%	8%	21%	21%	9%	14%	13%

Fonte: Elaboração própria

O ano de 2005 período pós-eleitoral observou-se um aumento nos gastos de 13,01%, correspondendo ao primeiro mandato de Iris Rezende pelo PMDB. No ano de 2007, o período pré-eleitoral houve um aumento de 7,57% em relação ao ano anterior. Em 2009, período pós-eleitoral a reeleição de Iris Rezende, o aumento foi de 20,73%. Nesse mandato, Iris exerceu o cargo até 30 de março de 2010, devido a sua candidatura a governador do estado de Goiás, passando o cargo de prefeito para seu vice, Paulo Garcia do PT.

Nota-se, nesse resto de ano que Paulo Garcia assumiu um aumento neste ano de 9,07% e em 2011 período pré-eleitoral, com a candidatura à reeleição de Paulo Garcia um aumento de 13,69 %.

Demonstrou-se, gráfico 2, o quanto as despesas totais realizadas tiveram alterações em relação ao ano anterior, neste caso foi tomado como parâmetro de análise o ano de 2004.

Gráfico 2-Análise do total das despesas realizadas.**Análise Horizontal da Despesa Realizada**

Fonte: Elaboração própria

Na análise do apêndice A, as despesas realizadas por funções no decorrer dos anos de 2005 a 2012, percebeu-se às variações das contas planejadas de acordo com a LDO. As maiores alterações no ano de 2005 na função Transporte, projetos/atividades de pavimentação e conservação de estradas e avenidas e canalização e reurbanização de vale dos córregos e

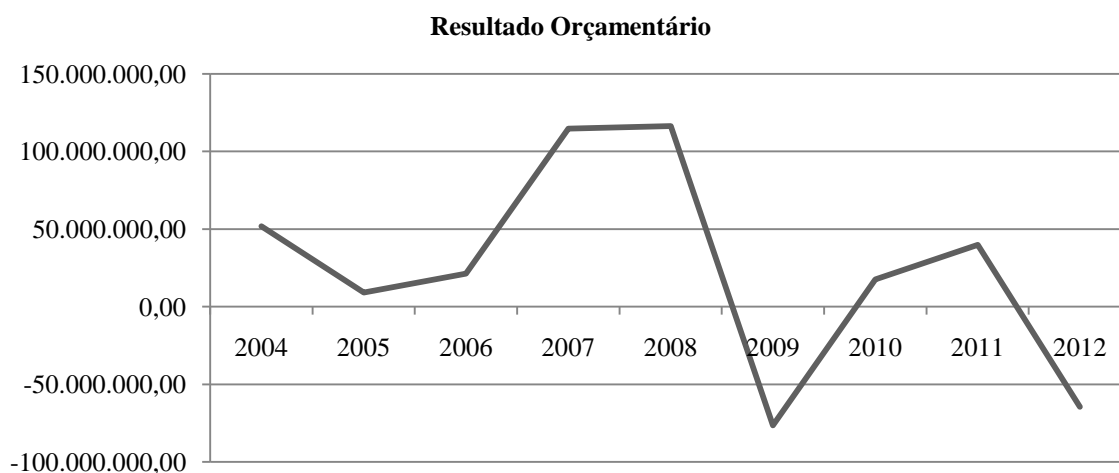
para a Função Indústria, política de fomento às atividades industriais e comércios formais. Em 2006, função Trabalho, temos apoio à ciência e a tecnologia, renda familiar mínima e apoio ao trabalho informal, na função Gestão Ambiental, projetos de lazer e recreação; recuperação de fundos de vale; controle das atividades poluidoras; coordenação dos serviços de fiscalização de atividades econômicas, meio ambiente, edificações e loteamentos.

Em 2007, função Trabalho teve-se projetos/atividades de apoio ao trabalho informal e na função Judiciária, atendimento a precatório. Em 2008, função Trabalho, apoio ao trabalho informal, na função Habitação, manutenção do fundo municipal de habitação de interesse social. Em 2009, função Direitos da cidadania houve a previsão de projetos/atividades de manutenção do fundo municipal de proteção e defesa do consumidor, função Trabalho, apoio ao trabalho informal, coordenação da política de trabalho, emprego e renda, renda familiar mínima, função Habitação, manutenção do fundo municipal de habitação de interesse social.

No ano de 2010, função Judiciária, folha de pagamento e encargos sociais da SETUR, função Administração, manutenção de fundos municipais, construções e reformas, assistência a criança ao adolescente, às pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos e mulheres. Em 2011, função Desporto e lazer, coordenação da política de esporte e lazer, manutenção das atividades do parque Mutirama, função Previdência social, proventos a inativos e pensionistas- fundo previdenciário I e II, manutenção da previdência dos servidores municipais, folha de pagamento e encargos sociais do IPSM.

Em 2012, função Habitação, construção de moradias para ocupante de áreas de risco, APAS e servidor público municipal, desocupação e desafetação de áreas públicas, função Trabalho, renda familiar mínima, folha de pagamento e encargos sociais da SETRAB, coordenação da política de trabalho, emprego e renda, função Gestão ambiental, coordenação das atividades da AMMA, projeto e construção do complexo zoobotânico, coordenação da gestão e política ambiental, recuperação de áreas degradadas fundo de vale malha hídrica, coordenação da política ambiental, manutenção das atividades do fundo municipal do meio ambiente.

A seguir o resultado orçamentário do período analisado, conforme gráfico 3.

Gráfico 3-Resultado da receita arrecadada menos despesa realizada.

Fonte: Elaboração própria

O resultado orçamentário obtido pelas receitas arrecadadas do período contra as despesas realizadas pode apresentar indícios de uma má gestão dos recursos (SLOMSKI, 2003), no ano de 2005 houve um aumento dos gastos em relação às receitas arrecadadas, em 2007 reduziu-se os gastos com a possibilidade de reeleição do candidato Iris Rezende. Em 2009, ocorreu um aumento considerável dos gastos conferindo ao ano um déficit orçamentário, em 2010 ano em que o candidato deixou de exercer o cargo houve um aumento da receita em relação à despesa, já em 2011 continuou a redução das despesas onde se candidatava pelo PT o prefeito Paulo Garcia. Através dessa análise podemos verificar elementos do ciclo político, em que há a associação do comportamento dos gastos com o período eleitoral (CARVALHO E OLIVEIRA, 2009).

4.3 Receita arrecada por atividade x despesas realizadas

A variação das despesas, conforme dados da Lei Orçamentária Anual, gráfico 2, apresentaram resultados confirmando a existência da teoria dos ciclos políticos no mandato do candidato Iris Rezende. Ao verificar os gastos realizados no mandato, buscou-se por intermédio do *site* Portal da Transparência, informações que demonstrassem em um nível de detalhamento menor elementos que pudessem constatar a triangulação de recursos, mas devido a ausência de informações quanto ao projeto/ atividade realizada dos anos anteriores a 2010, fizemos a análise apenas do ano de 2010. No ano de 2010 por intermédio da LDO, buscou-se ligar os gastos por atividades realizadas e as funções de maior variação no ano. Conforme apêndice B, da Lei Orçamentária Anual realizada, verificou-se durante o processo de conciliação que atividades/projetos que estavam previstas na LDO, não foram executadas,

o que pode estar ligado ao exposto através dos gráficos 2 e 3 em que houve uma redução de despesas nesse mesmo período. A falta de uma divulgação em que se verifique a função a que determinada atividade pertence na realização das despesas, não permitiu uma associação entre a receita arrecada na campanha com os gastos realizados, limitando o cruzamento dos dados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise descritiva e os procedimentos da ANACOR e HOMALS, tendo em vista os objetivos do trabalho conclui-se que não há relação entre o grupo de atividade econômica e os gastos por função do governo, devido a como as informações ficaram distribuídas durante o processo de análise, em que a atividade econômica dos doadores e os gastos por funções, não produzem associações diretas, verificou-se através da LDO e da LOA, que existem elementos mais específicos, que chegam ao nível de programas/atividades, ainda sem alcançar uma análise que trouxesse evidências claras, foi possível verificar por meio dos dados a existência de alterações nos gastos, segundo o apresentado pela teoria dos ciclos políticos.

Vê-se assim a necessidade de elaborar novos testes para analisar mais a fundo outros tipos de informações que possam constatar se as empresas doadoras foram beneficiadas de algum modo pela doação feita ao candidato eleito. Outra questão a ser observada é a composição inicial das receitas arrecadadas de pessoas físicas, jurídicas, partidos/comitês de cada partido, necessitando de novas investigações, que se verifiquem a composição dos recursos de pessoas jurídicas dos Diretórios Nacionais, que seria o caso do PT, que obteve a maior receita do partido/comitê.

A constante doação recebida pelos partidos de empresas de atividade econômica, como Obras de infraestrutura e Construção de edifícios e a percepção de falhas quanto à transparência dos dados, onde são vistas dificuldades de associação no que se refere à função/atividade, por não demonstrarem, um código ou outro tipo de elemento que faça cruzamento das funções, aos programas, não permitiram assegurar a existência da triangulação de recursos.

Durante a execução da pesquisa a falta de dados do segundo mandato de Paulo Garcia foi um fator limitante, pois seu primeiro mandato como prefeito ocorreu a partir do afastamento do candidato Iris Rezende em 2010, que se candidatava a governador do estado, outro fator encontrado é a falta de dados referentes aos gastos por projetos/atividades nos anos anteriores a 2010 no Portal da Transparência da prefeitura de Goiânia, temos também a ausência de dados dos gastos realizados no ano de 2003 no Portal da Transparência.

Sugere-se ainda um estudo que envolva as coligações ao invés apenas dos partidos visto a existência da solidariedade partidária entre o PT e o PMDB, a continuidade quanto a

verificar indícios de triangulação e a confirmação dos ciclos políticos no segundo mandato do candidato Paulo Garcia ou se o mesmo por ter sido eleito em 2010 beneficiou anteriormente algum dos seus futuros doadores de campanha, além da pesquisa em outros municípios do estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.** (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

_____. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997.** Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 15 de outubro 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

_____. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; ... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

_____. **Lei complementar n. 131, de 27 de maio de 2009.** (2009). Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,.... Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

_____. **Lei nº 9.693, de 27 de julho de 1998.** Modifica a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para tratar de punição ao partido político mediante suspensão de cotas do Fundo Partidário. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

_____. **Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965.** Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

_____. **Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.** Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

_____. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

_____. **Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999.** Publicada no DOU de 15 de abril de 1999.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral.** Disponível em: <http://www.tse.jus.br/>

CARVALHO, Frederico Antonio Azevedo; OLIVEIRA, Kleber Vasconcellos de. A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do Rio de Janeiro-1998/2006. **REPEC-Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade.** Brasília, v.3, n.1, art.3, p. 46-64, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/40>> Acesso em: 05 mai. 2013.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **RAP- Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-874, set./out. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2013.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. 4 t. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

FIALHO, Tânia Marta Maia. Ciclos Políticos: uma Resenha. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 2(74), abril-junho, 1999. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/74-8.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2013.

GONÇALVES, Carlos Eduardo Soares; FENOLIO, Fernando Roberto. Ciclos eleitorais e política monetária: evidências para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 37, n. 3, p. 465-487, 2007.

JUNGMANN, Mariana. Financiamento privado de campanha é tema de manifesto. **EXAME.com**. Brasília, 08 abr. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/politica/noticias/financiamento-privado-de-campanha-e-tema-de-manifesto>> Acesso em: 05 mai.2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas,2009.

MENEGUIN, Fernando Boarato. **Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nas políticas de gastos públicos**. Brasília: UNB,2001.

NAKAGUMA, Marcos Yamada; BENDER, Siegfried. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos político e performance fiscal dos Estados (1986-2002). **Economia Aplicada**. [online]. 2006, vol. 10, n.3, pp. 377-397. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000300005&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 12 mai. 2013.

NAKAGUMA, Marcos Yamada; BENDER, Siegfried. Ciclos políticos e Resultados Eleitorais: Um estudo sobre o comportamento do Eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 3–24, jan-mar, 2010.

NASCIMENTO, Leonardo Silveira do. **A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: uma abordagem contábil**. Santa Catarina: UFSC, 2011. 122p. Tese (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2011.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **RAP- Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, p.1343 - 1368, nov./dez. 2009.

PORTUGAL, Adriana Cuoco. **Lobby Pré-eleitoral e Financiamento Público de Campanhas Eleitorais: uma Exploração em Economia Política Positiva**. Brasília: UNB, 2006. 141p. Tese (Doutorado) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

REIS, Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos. **Financiamento da política no Brasil. 2010.** Dissertação de Mestrado Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIBEIRO FILHO, Antônio Daniel. **Os efeitos do período de transição governamental nas contas públicas: Uma análise em Municípios, Estados e União.** Brasília: UNB, 2011. 213p. Dissertação (Mestrado) – Programa Multiinstitucional e Inter- Regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SAKURAI, Sergio Naruhiko. **Ciclos Políticos nas Funções Orçamentárias dos Municípios Brasileiros: Uma Análise para o Período 1990 – 2005 Via Dados em Painel.** *Est. econ.*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-58, janeiro-março 2009.

SAKURAI, Sergio Naruhiko; GREMAUD, Amaury Patrick. **Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 – 2001).** *Econ. aplic.*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 27-54, janeiro-março, 2007.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: um Enfoque na Contabilidade Municipal.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução n° 23217, de 2010.** Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros e, ainda, sobre a prestação de contas nas eleições de 2010. Disponível em: [http://www.tse.jus.br/arquivos/norma-em-vigor-23.217-pdf-eleicoes-2010/view?searchterm=resolucao 23217](http://www.tse.jus.br/arquivos/norma-em-vigor-23.217-pdf-eleicoes-2010/view?searchterm=resolucao%2023217) Acesso em : 29 de jun. 2013.

VIEIRA, James Batista. **O impacto das capacidades institucionais do setor público: um estudo exploratório sobre as causas e efeitos das improbidades na administração pública municipal brasileira. Prevenção e combate à corrupção no Brasil: 6° Concurso de Monografias: trabalhos premiados / Presidência da República, Controladoria-Geral da União.** Brasília: CGU, 2011. Disponível em: < www.cgu.gov.br >

APÊNDICE A- Principais funções do município que tiveram alterações durante o período de 2005 a 2012.

AH-2005		AH-2006		AH-2007		AH-2008		AH-2009		AH-2010		AH-2011		AH-2012	
FUNÇÃO	%	FUNÇÃO	%	FUNÇÃO	%	FUNÇÃO	%	FUNÇÃO	%	FUNÇÃO	%	FUNÇÃO	%	FUNÇÃO	%
Indústria	291	Trabalho	1205,65	Trabalho	871	Trabalho	1178	Direitos da cidadania	1479	Judiciária	459	Desporto e lazer	692	Habitação	97
Transporte	81	Gestão ambiental	133	Judiciária	262	Habitação	483	Trabalho	451	Administração	125	Previdência social	87	Trabalho	73
Urbanismo	68	Direitos da cidadania	30	Gestão ambiental	81	Judiciária	57	Habitação	386	Saneamento	34	Essencial a justiça	25	Gestão ambiental	64
Desporto e lazer	60	Transporte	30	Habitação	59	Encargos especiais	55	Previdência social	166	Encargos especiais	18	Saúde	17	Ciência e tecnologia	55
Educação	42	Cultura	30	Comércio e serviço	39	Gestão ambiental	54	Comércio e serviço	88	Previdência social	9	Transporte	15	Judiciária	36

APÊNDICE B- Despesas realizadas por projeto/atividade das maiores funções de 2010.

Ano	Função	Projeto/Atividade	Orçado	Atualizado	Disponível	Empenhado	Liquidado	Pago
2010	ADMINISTRAÇÃO	Adequamento dos espaços pub e acessib pr port de deficiência	135000	26666,29	26666,29	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Administração do transito, transportes e mobilidade	18645000	28708990,3	4729989,6	23979000,8	23820797,57	23820797,57
2010	ADMINISTRAÇÃO	Apoio ao trabalho informal	7000	7241,9	7241,9	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Apoio as atividades culturais	4143000	5816345,8	345788,38	5470557,42	5461960,9	5440354,83
2010	ADMINISTRAÇÃO	Construção da concha acústica	177000	1871726,29	572008	1299718,29	1295495,94	1293308,74
2010	ADMINISTRAÇÃO	Construção da fabrica de mel	87000	8007,12	8007,12	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Construção das sub prefeituras na capital	462000	12969,77	12969,77	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Construção de 20 sedes para as unidades básicas de saúde da família - atenção básica	1003000	4670,51	4670,51	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Construção do novo hipódromo	135000	6666,35	6666,35	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Construção e reforma de lojas de atendimento	178000	9152,71	9152,71	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Construção e reformas e manut em próprios públicos	4409000	5535121,87	2001430,5	3533691,38	3533691,38	3424394,96
2010	ADMINISTRAÇÃO	Construção, reforma e manutenção da rede física das escolas	26311000	18324739,1	11923411	6401328,29	6103774,14	6103774,14
2010	ADMINISTRAÇÃO	Construção de quiosques de convivência de idosos em parques municipais	195000	77740,37	77740,37	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Coordenação da gestão e política ambiental	46000	47589,92	33804,83	13785,09	13785,09	13785,09

2010	ADMINISTRAÇÃO	Coordenação da política ambiental	352000	163307,48	162300,77	1006,71	1006,71	1006,71
2010	ADMINISTRAÇÃO	Coordenação da política de esporte e lazer	1111000	2831934,89	976557,26	1855377,63	1855377,63	1855377,63
2010	ADMINISTRAÇÃO	Coordenação dos assuntos de assistência dos servidores municipais	2662000	1603805,2	410491,05	1193314,15	1193314,15	1193314,15
2010	ADMINISTRAÇÃO	Coordenação dos assuntos jurídicos do município	296000	302761,31	184745,53	118015,78	118015,78	118015,78
2010	ADMINISTRAÇÃO	Criança e adolescente em situação de risco e violência - especial	3238000	2681775,36	1492010,4	1189765	1189765	1189765
2010	ADMINISTRAÇÃO	Criança e adolescente em situação de risco e violência básica	5084000	3672823,73	1546606,8	2126216,96	2120716,96	2116778,96
2010	ADMINISTRAÇÃO	Diversos encargos do município	3734000	3488385,97	504740,8	2983645,17	2983645,17	2983645,17
2010	ADMINISTRAÇÃO	Equipamentos e reequipamentos - unidades de saúde-atenção básica	4000	462658,51	8121,09	454537,42	454537,42	454537,42
2010	ADMINISTRAÇÃO	Família em situação de vulnerabilidade social - especial	2435000	3514845,78	2896021,3	618824,46	618824,46	597545,76
2010	ADMINISTRAÇÃO	Família em situação de vulnerabilidade social- básica	5103000	5772560,41	2995763,9	2776796,52	2776691,98	2776691,98
2010	ADMINISTRAÇÃO	Folha de pagamento e encargos sociais do imas	1997000	2480894,17	295734,88	2185159,29	2185159,29	2185159,29
2010	ADMINISTRAÇÃO	Garantia de provisão de saneamento básico para a população- gestão da saúde do município	1000	1034,54	1034,54	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Gerencia do museu de ornitologia	46000	47525,93	32631,62	14894,31	14894,31	14894,31

2010	ADMINISTRAÇÃO	Implantação de centros de atenção e atendimento e especialização- media e alta complexidade	1003000	2785638,61	4364,86	2781273,75	2781273,75	2781273,75
2010	ADMINISTRAÇÃO	Implantação do restaurante do paco municipal	173000	28979,94	28979,94	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Manutenção das atividades da fundação orquestra sinfônica de Goiânia- fosgo	28000	24906,38	24906,38	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Manutenção das atividades do fundo de apoio a cultura	2745000	2803433,31	412420,36	2391012,95	2391012,95	2391012,95
2010	ADMINISTRAÇÃO	Manutenção das atividades do fundo municipal do meio ambiente	7711000	8750303,05	5021266,1	3549036,98	3549036,98	3549036,98
2010	ADMINISTRAÇÃO	Manutenção de assistência a saúde dos serv. municipais	48013000	53951004	3864155,4	50086848,6	50086848,62	50086848,62
2010	ADMINISTRAÇÃO	Manutenção do fundeb	168199000	199580661	3414332,5	196166328	196166328,2	196166328,2
2010	ADMINISTRAÇÃO	Manutenção do fundo municipal da criança e adolescente	332000	242896,91	201478,35	41418,56	41418,56	41418,56
2010	ADMINISTRAÇÃO	Manutenção dos programas projetos e atividades administrativas da saúde- atenção básica	43477000	30600978,5	713504,03	29887474,5	29884691,33	29883204,66
2010	ADMINISTRAÇÃO	Melhoria da sinalização semafórica	5019000	82462,21	76732,21	5730	5730	5730
2010	ADMINISTRAÇÃO	Mulher em situação de vulnerabilidade social-especial	119000	123113,22	123113,22	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Mulher em situação de vulnerabilidade social básica	258000	266918,04	240990,04	25928	25928	25928
2010	ADMINISTRAÇÃO	Pagamento de encargos bancários	2088000	2368066,87	1833676,6	534390,26	534390,26	534390,26

2010	ADMINISTRAÇÃO	Pessoa com deficiência em situação de risco e violência- especial	296000	306106,27	221508,99	84597,28	84597,28	84597,28
2010	ADMINISTRAÇÃO	Pessoa com deficiência em situação de risco e violência básica	430000	444652,19	389085,59	55566,6	55566,6	55566,6
2010	ADMINISTRAÇÃO	Pessoa idosa em situação de violência e risco	230000	237670,99	196869,91	40801,08	40801,08	40801,08
2010	ADMINISTRAÇÃO	Política de comunicação social desenvolvida	10473000	19563843,7	2140648,9	17423194,8	17416138,5	17416138,5
2010	ADMINISTRAÇÃO	Promoção da acessibilidade universal	407000	8068,53	8068,53	0	0	0
2010	ADMINISTRAÇÃO	Recuperação de áreas degradadas fundo de vale malha_hi-drica	174000	179851,32	141911,32	37940	37940	37940
2010	ADMINISTRAÇÃO	Redução da morbimortalidade- vigilância em saúde	15987000	9350823,75	284812,19	9066011,56	9034873,19	9034873,19
2010	ADMINISTRAÇÃO	Renda familiar mínima	1312000	2292350,58	2191697,1	100653,5	100653,5	100653,5
2010	ADMINISTRAÇÃO	Serviços administrativos da controladoria geral do município	436000	400643,19	306115,91	94527,28	94527,28	94527,28
2010	ADMINISTRAÇÃO	Urb e revit do centro, prédios para ativ cult cont e reforma	145000	37011,94	37011,94	0	0	0
2010	JUDICIÁRIA	Folha de pagamento e encargos sociais da SETUR	1858000	2094863,12	520188,99	1574674,13	1574674,13	1574674,13

ANEXO A- Funções E Subfunções De Governo(*)

FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
01 – Legislativa	031 – Ação Legislativa 032 – Controle Externo
02 – Judiciária	061 – Ação Judiciária 062 – Defesa do Interesse Público no Processo
03 - Essencial à Justiça	091 – Defesa da Ordem Jurídica 092 – Representação Judicial e Extrajudicial
04 – Administração	121 – Planejamento e Orçamento 122 – Administração Geral 123 – Administração Financeira 124 – Controle Interno 125 – Normalização e Fiscalização 126 – Tecnologia da Informação 127 – Ordenamento Territorial 128 – Formação de Recursos Humanos 129 – Administração de Receitas 130 – Administração de Concessões 131 – Comunicação Social
05 - Defesa Nacional	151 – Defesa Aérea 152 – Defesa Naval 153 – Defesa Terrestre
06 - Segurança Pública	181 – Policiamento 182 – Defesa Civil 183 – Informação e Inteligência
07 – Relações Exteriores	211 – Relações Diplomáticas 212 – Cooperação Internacional
08 – Assistência Social	241 – Assistência ao Idoso 242 – Assistência ao Portador de Deficiência 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente 244 – Assistência Comunitária
09 – Previdência Social	271 – Previdência Básica 272 – Previdência do Regime Estatutário 273 – Previdência Complementar 274 – Previdência Especial
10 – Saúde	301 – Atenção Básica 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial 303 – Suporte Profilático e Terapêutico 304 – Vigilância Sanitária 305 – Vigilância Epidemiológica 306 – Alimentação e Nutrição
11 – Trabalho	331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador 332 – Relações de Trabalho 333 – Empregabilidade 334 – Fomento ao Trabalho
12 – Educação	361 – Ensino Fundamental 362 – Ensino Médio 363 – Ensino Profissional 364 – Ensino Superior 365 – Educação Infantil 366 – Educação de Jovens e Adultos 367 – Educação Especial
13 – Cultura	391 – Patrimônio Histórico, Artístico e 392 – Difusão Cultural

FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
14 – Direitos da	421 – Custódia e Reintegração Social 422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos 423 – Assistência aos Povos Indígenas
15 – Urbanismo	451 – Infraestrutura Urbana 452 – Serviços Urbanos 453 – Transportes Coletivos Urbanos
16 – Habitação	481 – Habitação Rural 482 – Habitação Urbana
17 – Saneamento	511 – Saneamento Básico Rural 512 – Saneamento Básico Urbano
18 - Gestão Ambiental	541 – Preservação e Conservação Ambiental 542 – Controle Ambiental 543 – Recuperação de Áreas Degradadas 544 – Recursos Hídricos 545 – Meteorologia
19 – Ciência e Tecnologia	571 – Desenvolvimento Científico 572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia 573 – Difusão do Conhecimento Científico e
20 – Agricultura	601 – Promoção da Produção Vegetal 602 – Promoção da Produção Animal 603 – Defesa Sanitária Vegetal 604 – Defesa Sanitária Animal 605 – Abastecimento 606 – Extensão Rural 607 – Irrigação
21 – Organização	631 – Reforma Agrária 632 – Colonização
22 – Indústria	661 – Promoção Industrial 662 – Produção Industrial 663 – Mineração 664 – Propriedade Industrial 665 – Normalização e Qualidade
23 – Comércio e	691 – Promoção Comercial 692 – Comercialização 693 – Comércio Exterior 694 – Serviços Financeiros 695 – Turismo
24 – Comunicações	721 – Comunicações Postais 722 – Telecomunicações
25 – Energia	751 – Conservação de Energia 752 – Energia Elétrica 753 – Petróleo 754 – Alcool
26 – Transporte	781 – Transporte Aéreo 782 – Transporte Rodoviário 783 – Transporte Ferroviário 784 – Transporte Hidroviário 785 – Transportes Especiais
27 – Desporto e Lazer	811 – Desporto de Rendimento 812 – Desporto Comunitário 813 – Lazer
28 – Encargos Especiais	841 – Refinanciamento da Dívida Interna

FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
	842 – Refinanciamento da Dívida Externa 843 – Serviço da Dívida Interna 844 – Serviço da Dívida Externa 845 – Transferências 846 – Outros Encargos Especiais

(*) Anexo da Portaria/SOF n.º 42 de 14 de abril de 1999. Diário Oficial da União de 15 de abril de 1999.

ANEXO B- Despesas Realizadas Por Função

CODIGO	ORGÃOS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1	Legislativa	40.515.381,20	43.451.189,74	48.777.793,66	51.409.672,07	58.272.192,61	58.741.100,37	57.091.559,38	62.527.838,99	61.904.084,72
2	Judiciária	1.401.699,14	1.672.457,17	1.375.859,29	4.982.288,64	7.832.955,75	2.404.488,00	13.429.930,28	5.079.523,28	6.910.491,92
3	Essencial a justiça	4.361.509,68	3.460.287,74	3.774.634,52	4.811.291,03	4.626.576,41	5.992.831,80	117.049,90	146.354,13	108.272,68
4	Administração	155.991.663,06	138.684.581,01	147.786.795,08	178.558.330,55	222.658.129,19	234.093.691,24	526.947.969,82	465.868.933,84	469.570.547,57
8	Assistência social	35.370.467,37	36.500.143,13	34.420.802,28	36.903.906,90	41.989.847,67	38.067.941,04	16.451.694,04	15.173.406,30	15.382.877,50
9	Previdência social	88.541.831,63	77.518.111,39	87.833.523,75	97.397.168,24	56.093.215,85	149.110.823,16	162.915.249,59	304.496.869,21	360.179.435,67
10	Saúde	307.037.393,40	347.075.829,08	380.357.686,66	335.112.645,88	514.330.288,80	709.744.240,76	715.559.992,79	836.700.710,03	978.362.749,93
11	Trabalho	0	700	9.139,54	88.769,02	1.134.080,55	6.249.297,56	2.765.634,76	3.010.717,17	5.207.536,10
12	Educação	186.433.080,54	264.845.137,58	267.278.036,93	313.070.947,41	361.954.146,06	401.928.580,35	434.122.475,09	488.331.986,31	595.474.252,70
13	Cultura	10.783.925,06	10.182.782,30	13.225.468,53	15.740.039,52	17.855.897,60	20.348.459,59	7.875.484,20	8.541.989,15	6.874.671,05
14	Direitos da cidadania	195.397,55	50.903,98	66.426,87	51.712,66	70.633,49	1.115.567,87	1.014.317,37	631.680,92	432.920,04
15	Urbanismo	32.347.269,51	54.418.412,23	61.267.061,00	78.266.204,78	43.825.283,83	31.719.084,26	28.188.790,35	27.104.796,16	20.641.601,28
16	Habitação	7.585.487,72	3.447.447,84	2.390.317,76	3.791.874,62	22.099.269,15	107.346.119,76	2.664.580,20	96.485,68	190.228,12
17	Saneamento	129.732.555,00	112.364.944,00	112.395.606,40	111.046.595,22	136.315.511,22	141.299.831,62	189.589.286,99	206.820.264,12	254.071.418,54
18	Gestão ambiental	3.063.759,45	3.571.658,03	8.335.914,29	15.076.384,15	23.212.258,88	20.913.015,32	8.541.814,07	4.092.224,62	6.729.466,25
19	Ciência e tecnologia	0	0	31.441,85	0	0	0	0	24.861.432,09	38.542.775,52
20	Agricultura	0	29.039,10	7.444,80	0	0	0	0	0	0
22	Indústria	6.800,00	26.600,51	27.277,04	0	0	0	0	0	0
23	Comércio e serviço	814.352,52	620.208,62	635.614,47	883.942,34	1.186.755,53	2.229.306,91	1.473.654,91	0	0
26	Transporte	58.959.091,38	106.615.196,41	138.931.692,28	163.528.113,09	179.509.739,60	115.073.919,66	62.167.602,03	71.521.644,25	55.534.322,70
27	Desporto e lazer	2.974.293,41	4.752.410,01	4.169.678,87	4.711.060,78	6.338.576,50	5.716.113,06	2.788.509,02	22.082.524,73	13.925.062,54

28	Encargos especiais	25.999.337,11	24.960.160,47	28.689.662,46	27.924.128,51	43.348.081,89	51.823.349,78	60.981.679,11	61.713.355,84	61.751.483,24
TOTAL GERAL		1.092.115.294,73	1.234.248.200,34	1.341.787.878,33	1.443.355.075,41	1.742.653.440,58	2.103.917.762,11	2.294.687.273,90	2.608.802.736,82	2.951.794.198,07

Fonte: Portal da Transparência